

A REVISTA **CONFIGURAÇÕES***: UMA SÍNTESE DE REVISITAÇÃO

MANUEL CARLOS SILVAⁱ

Fundador da *Configurações: Revista de Ciências Sociais*
Professor Catedrático Aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS. NOVA.UMinho)

Revisitando os 35 números da Revista *Configurações* (criada em 2005, com edição semestral e suporte de verbas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia mediadas pelo respetivo Centro de Investigação e seus grupos de investigação¹⁾), poder-se-á dizer que ela englobou os mais diversos problemas e temas nucleares no âmbito das Ciências Sociais (particularmente da Sociologia, dada a formação maioritária dos seus autores/as nesta área). Ao longo destes 35 números foram publicadas

i mcsilva2008@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8462-9516>.

* No quadro da comemoração dos 20 anos de percurso da Revista *Configurações*, a atual diretora e colega Ana Maria Brandão solicitou-me amavelmente que, como primeiro diretor, elaborasse um texto-síntese de revisitação dos números da Revista, para o que me propus destacar os diversos contributos de colegas a nível (inter)nacional. Se não são citados especificamente os números da Revista, seus títulos e autores/as dos artigos, tal deve-se à difícil tarefa na componente bibliográfica e sobretudo ao limitado número de caracteres. Porém, pelos temas e ideias-síntese apresentados, é possível inferir os respetivos autores/as, podendo os seus artigos ser consultados, já que todos os números da revista estão acessíveis *online*. Sem deixar de plasmar aqui e ali uma marca própria nalguns temas também por mim tratados, procurei retraduzir e ser fiel ao conjunto dos conteúdos substantivos dos autores/as, os quais vieram enriquecer a própria Revista e seus leitores/as.

1 Embora tenham conhecido as necessárias mudanças e adaptações, em 2005 estes grupos de investigação eram: *i)* trabalho e organizações; *ii)* desenvolvimento e desigualdades sociais; *iii)* saúde, família e solidariedade; *iv)* cultura e estilos de vida. Em 2014, aquando da reestruturação e fusão dos três referidos centros de investigação, eram estes os grupos: *(i)* desigualdades sociais e ação pública; *(ii)* cidadania, trabalho e tecnologia; *(iii)* cidade, ambiente e desenvolvimento regional; *(iv)* sistema de modelação e planeamento; *(v)* saúde, população e bem-estar; *(vi)* educação, conhecimento e cultura.

reflexões em ensaios teóricos e resultados de inúmeras investigações realizadas amiúde, primeiro no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), e, depois, no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, este último já como resultado de uma fusão do CICS com o CES-NOVA e o e-GEO da Universidade Nova de Lisboa. Desde 2014 a Revista, sendo organizada pelo polo da Universidade do Minho no quadro do CICS.NOVA.UMinho, pôde contar com o trabalho de autores/as investigadores/as da Universidade do Minho, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Évora, da Universidade dos Açores e do Instituto Politécnico de Leiria, mas teve também o privilégio de contar com valiosos contributos de colegas de outros centros de investigação no país e no estrangeiro, sem deixar de validar, por revisão de pares, propostas de publicações de mestres e doutorandos/as, além de especialistas não académicos. Por outro lado, à exceção de números intertemáticos e/ou mistos, a maior parte dos números foi de ordem temática, focalizando-se em relevantes questões e abordagens interdisciplinares, plurais e multidimensionais. Se há artigos em que predominam abordagens de enfoque mais estrutural, noutros prevalece uma perspetiva interpretativa e interacionista ou mesmo fenomenológica e noutros ainda procura-se, num esforço de síntese proteórica, superar velhos dilemas como sociedade-indivíduos e estrutura-ação, na sequência de autores como Elias (1980), Giddens (1984) e sobretudo Bourdieu (1979, 1980), em torno de conceitos inovadores e mediadores como os de configuração, estruturação e *habitus*². Ou seja, as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais, e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societais (pre)existentes das desigualdades sociais em termos de classe, étnico-raciais e de género. Tal

2 Trata-se de três conceitos nucleares que propiciam a superação sintética das velhas dicotomias: sociedade-indivíduos, estrutura-ação. Com efeito, o conceito de configuração em Elias (1980) representa um instrumento conceptual que, constituindo um padrão mutável construído pelos atores sociais, visa afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos a sociedade e os indivíduos como se fossem antagónicos, quando ambos são interdependentes na compreensão e explicação dos fenómenos sociais. Por sua vez, a estruturação em Giddens (1984) remete para o impacto da estrutura sobre os atores sociais e a influência marcante destes na conservação ou mudança da estrutura. Por fim, o *habitus* em Bourdieu (1979) é um conceito mediador apenas compreensível a partir das estruturas exteriores, sendo simultaneamente um esquema estruturante, reproduzidor e criativo das ações dos indivíduos e dos grupos.

não deixou de suscitar debates sobre os próprios conceitos de classe e eventuais articulações com raça/etnia e gênero, sendo de salientar alguns estudos de caso em Portugal, no Brasil e noutros países.

De entre os três autores de síntese, Giddens e sobretudo Elias são convocados nalguns artigos, mas é de longe Bourdieu quem, como ‘novo clássico’, capta as mais frequentes referências, sendo inclusive dedicado ao seu legado um número próprio na Revista em 2022 com vários contributos. A sua influência (inter)nacional na epistemologia e na reflexividade filosófico-sociológica, na inovadora construção teórico-conceptual e metodológica, na criação de conceitos nucleares de espaço social, ‘efeitos de lugar’, campos, espécies de capital e sobretudo *habitus*, está presente em inúmeros cientistas sociais para compreender e explicar diversos fenómenos sociais, nomeadamente nas esferas da desigualdade social, do poder, da educação e da cultura, da estética e da arte.

À reprodução dos processos de desigualdade, exclusão e pobreza não é alheio o Estado, que, ora não possibilitando o acesso ao exercício de direitos (educação, saúde, habitação, transportes, mobilidade), ora legitimando modelos de competição e inculcando a ideologia meritocrática na sociedade, sobretudo nos locais de trabalho e espaços escolares, reforça as desigualdades sociais. Mais, o Estado valida processos de exclusão e estigmatização na construção de instituições penais com sistemas prisionais e estigmas que têm como alvo os pobres, nomeadamente negros, ciganos ou imigrantes, manipulando pela mediatização da dramatização da justiça e difundindo por via dos *media* esquemas ideológicos de dispersão e alienação, submissão e fabricação do consentimento. Perante estes processos, são apresentados na Revista esboços ou fragmentos de pesquisa teórico-empírica sobre recomposição social e condições objetivas de vida das classes trabalhadoras, sendo também avançadas análises sobre o porquê da crise do movimento sindical, seus refluxos e desarticulação com outros movimentos sociais – alegadamente novos, mas historicamente bem antigos (antirracista, feminista, ecológico). Tais análises oferecem algumas pistas para a necessidade do reforço de políticas públicas que vão ao encontro dos interesses e das aspirações emancipatórias de classes e grupos sociais

explorados e oprimidos, para o que se torna necessário desenvolver a reflexão já iniciada sobre a perspectiva interseccional e uma abordagem plurinível e multidimensional com vista a uma análise das precondições da ação coletiva. Os diversos tipos de movimentos sociais, o protesto e as formas de ação coletiva e de democracia direta, participativa e associativa, sem deixarem de se articular entre si e de aprofundar a própria democracia representativa, constituem, como em certo texto é argumentado, a parte estruturante na intervenção dos cidadãos/ãs no espaço público. Em caso de passividade ou ausência dos cidadãos/ãs nos referidos movimentos sociais, são grupos dominantes que tendem a controlar e dominar as instituições dos vários poderes e a reduzir a densidade da democracia: é o que se verifica, por exemplo, no Brasil, com as bancadas da ‘bala’ (militares), da ‘bíblia’ (igrejas sobretudo neopentecostais) e do ‘boi’ (agronegócio).

No quadro das sociedades modernas e da globalização, há artigos na Revista sobre diferentes identidades e culturas que para uns são líquidas, fluídas e flexíveis e para outros arraigam-se em condições objetivas de vida, perpassadas de interesses opostos em torno de recursos com eventuais conflitos daí decorrentes. Foram ainda objeto de alguns artigos reflexões e estudos sobre memória e pós-memória que, imbricadas nos mais diversos espaços e tempos e nos processos de reprodução social, se consubstanciam em vários suportes, códigos e linguagens, com mecanismos de preservação e transmissão intra e intergeracional através de rituais e práticas operativas, para as quais se convocam diferentes autoridades, comunidades e/ou grupos sociais. São problematizados regimes de adequação, legitimidade e hierarquia/autoridade entre os sujeitos que experienciam em sentido direto um evento ou fenómeno e os sujeitos que, recebendo os testemunhos, narram ou traduzem a experiência dos outros como uma ‘segunda’ memória. Foram, a esta luz, analisados: os conflitos históricos da Bósnia e do Kosovo nos anos 1990; os discursos públicos e de memória pública do Presidente da República entre 2006 e 2014 sobre imagens do passado colonial; os estudos africanos por ocasião da quadragésima celebração da independência dos países africanos face ao jugo colonial português; a tradição oral e escrita na sociedade timorense; a escrita e/ou entrevista como suportes da memória relativamente ao passado

colonial; as narrativas dos trabalhadores cabo-verdianos nas plantações de cacau e café ou as representações do corpo da mulher escrava no quadro do tráfico negreiro; os suportes audiovisuais, da fotografia e do cinema para reavivar a memória; a experiência memorialística de lusodescendentes nos Estados Unidos da América; as memórias e vivências do trabalho e do desemprego de trabalhadores/as em fim de carreira profissional; os diferenciados intervalos entre a conclusão do ensino superior e a obtenção de emprego.

Importa assinalar o notável conjunto de artigos sobre desigualdades, exclusões sociais e pobreza não só em termos teóricos (desde os autores clássicos aos autores mais recentes, nacionais e estrangeiros), mas também em termos de pesquisas empíricas de relevo, quer sobre as desigualdades de classe, quer sobre desigualdades étnico-raciais (v.g. negros, indígenas, ciganos), de género e outras como as decorrentes da nacionalidade ou da idade. Elas evidenciam como denominador comum, numa linha weberiano-marxista, a apropriação ou usurpação de bens, recursos e recompensas por parte de determinadas classes e grupos sociais minoritários em detrimento de maiorias, implicando concorrência e luta. Interligadas com os diversos tipos de desigualdades sociais nas suas dimensões estrutural, histórico-processual e interativa-quotidiana, sobressaem, em alguns artigos, análises de situações de desemprego, precariedade e trabalho com baixos salários e sob forte controlo, ora em contextos organizacionais tradicionais, ora em plataformas digitais. Com efeito, dado o conceito estruturante do trabalho e seu carácter controverso, ele tem sido um tema recorrente e central em vários números da Revista, em enquadramentos teóricos contrastantes, desde a sua centralidade à sua desvalorização/secundarização por via das técnicas de informação e comunicação (TIC) e agora da inteligência artificial (IA), à ação (inter)comunicativa e simbólica e respetiva prevalência das redes sociais ou ainda à relevância do consumo e dos estilos de vida. O trabalho não só compreende a transformação da natureza como comporta diversas dimensões, impactos e significados: para uns, atividade produtora de valores de uso e, no modo de produção capitalista, de valores de troca (bens, serviços), base de exploração por via da criação de mais-valia por parte do trabalhador ou fonte de várias formas de alienação; para outros, base de

ordenação de estatutos, papéis e classificações profissionais; para uns e outros, base de sustento, recompensa, motivo de satisfação, utilidade social e realização pessoal. Em alguns números da Revista, e particularmente num deles, reúnem-se artigos que abordam a diversidade e os modos como a desigualdade e múltiplas formas de discriminação em termos de classe, etnia-raça, gênero, idade, pertença religiosa ou deficiência, entre outras, se manifestam em diferentes setores laborais e organizações, apontando estratégias para superar situações extremas e promover uma cultura antidiscriminatória.

Num tempo de globalização desregulada e de crescente intensidade e informalidade, polivalência e flexibilização do trabalho dadas como incontornáveis, verificam-se profundas metamorfoses nos processos produtivos e nos usos da força de trabalho, com a destruição, criação e reconfiguração de tarefas, posições e identidades laborais, assim como tendências generalizadas de precarização e flexibilização, individualização e liberalização nos processos de trabalho, as quais atingem não só pessoas não qualificadas como jovens qualificados/as, umas e outros descartáveis a todo o momento. Tais tendências e ‘modos de ser’ informais traduzem-se em contratos a termo ou a tempo parcial, criando inseguranças e ressentimentos, vulnerabilidades e riscos de pobreza. As respostas exprimem-se não tanto em ações coletivas – as quais têm ocorrido mas de forma esporádica (v.g., *Precários Inflexíveis*, *FERVE*, *MayDay*) –, mas, amiúde, em comportamentos sociopolíticos e eleitorais discrepantes com a condição objetiva. As argumentações emergentes têm conduzido a fortes polémicas que configuram também debates entre ideologias de legitimação do mercado e do *statu quo* versus utopias realistas, apontando horizontes de emancipação social, umas e outras com repercussões nos quadros de interação social na vida quotidiana. São igualmente analisadas, como etapa intermédia de negociação e luta, relações de trabalho com qualidade de vida e bem-estar.

Articulando o conceito de trabalho com o de gênero, foram registados, com base no método biográfico e etnográfico, diversos percursos de vidas precárias e sofridas de trabalhadores/as e suas identidades, sociabilidades e formas de resistência e luta em diferentes setores,

desde operárias/os do Alentejo durante o *Estado Novo* (pelas 8 horas de trabalho) até à libertação da dominação latifundiária, à ocupação de terras no pós-25 de Abril, não para as tomar individualmente mas como fonte de subsistência e direito ao trabalho, com salários minimamente dignos.

Décadas passadas sobre o 25 de Abril de 1974, são realizados estudos sobre as novas formas padronizadas de precarização das relações laborais e subsequente perda de direitos e quebra da concertação coletiva no quadro das políticas neoliberais, acompanhadas de desregulação laboral e desmantelamento do Estado Social, a favor de processos de reestruturação produtiva na nova fase do capitalismo que tende a dispensar contratos coletivos de trabalho. Neste contexto ressalta a especial referência às agências de trabalho temporário, à precariedade de jovens qualificados e suas trajetórias profissionais descontínuas e difusas, em que é igualmente feita uma reflexão sobre as relações entre teoria e prática, a bidirecionalidade entre ciência e profissão, nomeadamente no campo das ciências sociais e do serviço social. Verificam-se situações de vulnerabilidade e precariedade, a que, como é por vezes referido, não basta uma perspetiva assistencialista e legitimadora, mas crítica, emancipatória e utópica. É também salientada a passagem da velha racionalidade burocrática e da organização taylorista-fordista sobre o trabalho para novas formas policêntricas, flexíveis e precárias e de organização em rede, potenciadas pelas TIC. Por outro lado, na esfera da reprodução social, a partir de inquéritos e entrevistas, é analisada a desigual divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, por grupos profissionais e escalões etários, verificando-se que sobre a mulher recai uma enorme sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidados, aliás não pagas. A sua legitimação é levada a cabo por narrativas patriarcais e (pseudo)teorizações de liberais como Parsons (1956), que advoga a complementaridade harmónica entre a função instrumental do homem como provedor e a função expressiva da mulher nos cuidados com a família. Este viés patriarcal e sexista é também constatado nos discursos da justiça sobre investigações de paternidade de menores e nos processos de divórcio. Por fim, são avançados textos com perspetivas críticas feministas contra pretensas análises neutrais e universalizantes, assim como reflexões sobre conceções do corpo

individual e coletivo a propósito de obras feministas. Ainda na esfera reprodutiva, após a referência à não resposta ao direito de habitação para milhares de pessoas marginalizadas em bairros de lata e a resposta seletiva de *Casas Económicas* por parte do *Estado Novo* para funcionários e paramilitares, é levada a cabo uma análise sobre a rica experiência democrática do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), os défices de participação na implementação do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) nos anos 1980, do Plano Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto nos anos 1990 e da *ProHabita* a partir de 2004.

É ainda analisado o papel das TIC, nomeadamente por via da criação de um blogue organizacional para efeitos de gestão e monitorização de ações e reações dos trabalhadores/as que identifiquem o grau de presença ou ausência de sentimentos de pertença em contexto empresarial e, a partir desse diagnóstico, da promoção de um espírito de ‘cultura organizacional’ na empresa e em subculturas profissionais. Por outro lado, contrariamente a revoluções tecnológicas anteriores, perante a aceleração inédita de novos avanços tecnológicos em torno da revolução 4.0, da economia digital, de plataformas digitais de trabalho e da IA – entendidas amiúde como neutras e/ou promissoras de trabalho no futuro –, vários textos, além de contestarem tal neutralidade tecnocrática, contestam ora o tradicional determinismo tecnológico e seu contraponto salvífico neoliberal, ora a criação nebulosa do ‘pós-humano’, ora o construtivismo social, debruçando-se, teórica e empiricamente, sobre a urgência de respostas face à intensificação de crises económico-financeiras recorrentes. Como apontam alguns artigos, dadas as repercussões destes processos não só na esfera laboral e correlativas metamorfoses e precariedades, como nas organizações (nomeadamente a dessindicalização e o refluxo nos movimentos sindicais), a perda de garantias e direitos sociais adquiridos, as técnicas de controlo sociopolítico e o aumento das desigualdades de classe, étnico-raciais e de género têm conduzido a uma visão mais problematizante ou mesmo pessimista, sobretudo entre sindicalistas, bem como à necessidade de lideranças, inclusive carismáticas, mas sempre democraticamente legitimadas.

Os fenómenos de pobreza, exclusão e desigualdade social que são constatáveis a nível local-regional possuem uma escala a nível global que, desde a colonização nos séculos XV-XVI, se inserem em processos que vários autores designaram de relações desiguais entre metrópoles e satélites, centro e periferia, colonial e decolonial. Tais processos representaram um novo padrão de poder a nível mundial que comportou conflitos e impactos violentos sobre os povos colonizados (negros, indígenas), nomeadamente a expropriação material e cultural das populações, a imposição forçada da religião judaico-cristã e a repressão de formas de produção de conhecimento dessas comunidades, a classificação racial da população, acompanhada de diversas dicotomias numa ótica eurocêntrica: primitivo *versus* civilizado, mágico-mítico *versus* científico, irracional *versus* racional, tradicional *versus* moderno, nacionalismo étnico *versus* nacionalismo cívico. Mas, se estes tópicos foram também abordados, destacou-se um tema de contraponto conhecido por *Epistemologias do Sul*. Com efeito, este tema, trabalhado especialmente na América Latina e, em Portugal, mormente por equipa de investigadores/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, também foi objeto de alguns contributos plasmados na Revista que constituem olhares mais densos sobre a problemática. De facto, se vulgarmente as *Epistemologias do Sul*, literal e aparentemente, se demarcariam e/ou até se oporiam a Epistemologias do Norte, elas não traduzem uma mera divisão ou contraposição de teor geográfico. Pelo contrário, remetem, de modo metafórico, como é abundantemente desenvolvido, para enquadramentos teórico-metodológicos em que coloca em confronto o “Sul” (como conjunto de saberes criados e (re)produzidos em regiões, nações e lugares dados como periféricos e dependentes) *versus* o “Norte” (como conjunto de saberes hegemónicos (re)produzidos enquanto agregado de espaços centrais, tradicional e basicamente coloniais e, posteriormente, capitalistas e imperiais/imperialistas), em termos não só socioeconómicos e políticos como também culturais, científicos e tecnológicos. Efetivamente, este confronto multidimensional comporta perspetivas epistemológicas hegemónicas do Norte em torno da criação de objetos e agendas de investigação, de (in)validação de processos e resultados do conhecimento, face a abordagens epistemológicas do Sul amiúde desvalorizadas e/ou consideradas banais, insignificantes

ou mesmo invisíveis. Porém, contrariamente a uma perspectiva discursiva em voga entre alguns defensores das *Epistemologias do Sul*, invisibilidade não é sinónimo de inexistência. Todo o esforço epistémico-metódico e teórico, subsumido na designação *Epistemologias do Sul*, constitui certamente um inestimável contributo na desconstrução do pensamento hegemónico sedimentado no Norte, perante o qual todavia não podem obviamente ser descurados ou ignorados ‘contrapontos’ ou mesmo saberes contra-hegemónicos gerados também no Norte. Do mesmo modo, nos espaços ditos periféricos do Sul, também se reproduzem narrativas e constelações cognitivas que legitimam o pensamento hegemónico do Norte em termos socioeconómicos e patrimonialistas, culturais e educacionais, políticos e ideológicos. E, com uma síntese teórico-conceitual de raiz marxista-decolonial e ecossocialista, talvez seja possível evitar deitar fora o bebé com a água do banho no que concerne as teorias da dependência e do centro-periferia, as quais, criadas e desenvolvidas já no centro, já nas periferias, podem ser revistas e enriquecidas com outros olhares, tornando-se inclusive uma síntese inspiradora, nomeadamente no campo das epistemologias.

Para além dos temas da colonialidade de poder, foram também traduzidos no âmbito da Revista resultados de várias pesquisas sobre governação multinível da diversidade cultural na América Latina (AL) e na União Europeia (UE), levadas a cabo no quadro do Projeto IRSES em universidades portuguesas e estrangeiras. Todavia, o tema da diversidade (inter)cultural tem sido entendido de modo diferenciado e contrastante (na Europa sobre minorias e migrações, na América Latina sobre colonização, escravatura e povos originários), resultando daí entendimentos distintos sobre o inter/multiculturalismo: mais funcional e adaptativo na UE e mais radical e transformador do *statu quo* na AL. Alguns textos sobre o tema evidenciam que os cidadãos/ãs de países terceiros na Europa são, além de ‘bodes expiatórios’, os mais excluídos, subalternizados, quando não desumanizados e inferiorizados no seio da UE, do mesmo modo que negros e indígenas o são ainda na AL, havendo uma discrepância entre a letra da lei e as práticas institucionais e na vida quotidiana, bem como desigualdades sociais, em diversas áreas: educação, migrações, tratamento da mulher, minorias étnicas e religiosas.

Estreitamente ligados a estes tópicos e inerentes à sociedade e a diferentes formações sociais, estão igualmente fenómenos de violência e criminalidade e suas formas de reprodução a nível societal e estatal-institucional, sobre os quais se debruçaram na Revista diversas autoras/es. Porém, sobre este fenómeno, embora estrutural, foram analisadas práticas de violência perpetradas em determinados contextos e por certos grupos sociais, causando preocupação social, medo e, por vezes, pânico moral, mas remetendo sempre para relações de poder entre uns e outros. Enquanto uns/umas, como agressores/as, perpetram ações de violência, outras/os acabam por ser suas vítimas: crianças, adolescentes, idosos, negros, indígenas, mulheres, migrantes, pessoas sem-abrigo, estudantes em contexto de praxe. Para além destes grupos excluídos e amiúde marginalizados e violentados, a categoria étnica cigana mereceu tratamento interdisciplinar num número da revista dedicado a ciganos e educação, justamente por parte de especialistas que se têm debruçado sobre este grupo historicamente desterrado, perseguido e discriminado. Tal foi evidenciado nas dificuldades de acesso à escolaridade (com taxas elevadas de analfabetismo, abandono escolar precoce e baixa escolaridade) e ao emprego (com formas de racismo institucional e quotidiano, flagrante e subtil), apontando diversidade de causas ou fatores para a sua explicação.

A este propósito, cabe salientar que, a par de artigos que apontam para o envolvimento cívico-político de jovens nas redes sociais, é também sublinhada a manipulação dos mesmos por estas redes, sendo de registar a análise sobre delinquência juvenil feminina, entendida e explicada a partir de contextos de desestruturação familiar e/ou abandono de progenitores, rutura de vínculos afetivos familiares nos processos de socialização, absentismo e insucesso escolares, processos indutores de experiências e significados de formas de transgressão e subsequentes medidas tutelares.

Perante a realidade pungente da pobreza, das exclusões e das desigualdades sociais, poder-se-ia pensar que a solução residiria em pugnar por um modelo de desenvolvimento sustentável e justo. A Revista tem oferecido diversos artigos sobre esta temática, amiúde entrelaçando o eixo nuclear do território. Com efeito, trata-se de relacionar sociedade

e espaço-tempo orientados para uma utilização eficiente e justa dos recursos naturais e, com esta, a potenciação de um desenvolvimento sustentável, amigo do ambiente e suscetível de assegurar o bem-estar para as populações presentes e gerações futuras. O espaço não só é condicionado pela estrutura social como é um fator que configura e confere sentido, quer no que concerne às relações sociais de inclusão-exclusão, proximidade-distância, solidariedade-oposição em contexto rural e sobretudo urbano, quer no que respeita aos processos de (sub)desenvolvimento, nos quais pontificam os vários modelos teóricos sobre o desenvolvimento e correlativas estratégias sociopolíticas em confronto. O espaço e o tempo não são simples recipientes passivos das diversas formas sociais, mas constituem recursos materiais específicos e, enquanto fatores relativamente autónomos e coexplicativos, comportam constrangimentos e possibilidades de (inter)ação social e produzem efeitos próprios do meio social e ambiental, sobre o qual atuam as diferentes forças económicas, as instâncias político-administrativas e os diversos atores sociais coletivos e individuais. Os temas em torno do território e do desenvolvimento a nível global, nacional e regional-local, assim como os problemas e conflitos socioambientais estão na ordem do dia, quer no debate científico e académico interdisciplinar, quer na agenda mediática e nas preocupações dos cidadãos/ãs, pelas repercussões que têm nas suas vidas quotidianas. Sobre o próprio polissémico conceito de desenvolvimento e diversas correntes a este respeito também tratadas nalguns textos – (neo)liberal, neoinstitucional, territorialista, neomarxista e teorias da dependência, do centro-periferia e decolonial – foram dados contributos em vários números da Revista, colocando na ordem do dia questões, dilemas e alternativas, mais ainda aquando da recente emergência da covid-19. De facto, a pandemia, a par de necessários questionamentos e cuidados cientificamente recomendados, deu origem a derivas negacionistas e securitárias e a governamentalidades inclusive de cariz necropolítico e de abandono das populações, sobretudo as mais desprovidas e vulneráveis. Foi claramente colocado em causa por vários autores/as o sistema capitalista e seu carácter não só mercantil e explorador da força de trabalho como depredador da natureza, trazendo à reflexão contributos desde o século XIX, nomeadamente autores de inspiração anarquista e fundadores

do marxismo, até outros mais recentes de múltiplas orientações, incluindo nalguns textos as virtualidades das teorias do decrescimento e do ‘bem viver’, embora com diferenciados imperativos nas diversas geografias económicas e políticas. Nalguns textos é evidenciado o carácter opressor, cruel e desumano do sistema capitalista (neo)colonial, em que inúmeros países e centenas de milhões de pessoas não têm respetivamente soberania e segurança alimentar e vivem em condições de pobreza relativa e até absoluta, sem habitação e com fome, quando os recursos existentes permitiriam resolver estes problemas.

A questão da pandemia da covid-19 e a relação não resolvida entre natureza e sociedade movida pelo lucro, renda e juro e hoje sob forte domínio do capital financeiro e dos sistemas de controlo a partir do próprio Estado, foi também objeto de um número específico da Revista. Sob declaração de estados de emergência ou exceção, o Estado operou com seus dispositivos de vigilância, suportados por refinados algoritmos e outros instrumentos de controlo (censura, *fake news*). Interligando dialeticamente natureza e sociedade e sociedade e Estado, foram analisadas desigualdades sociais desde os processos de colonização até à atualidade. A elevada letalidade do vírus SARS-CoV-2 por infeção a nível mundial, embora com diversas respostas governamentais e diferenciados impactos, em certos países deu lugar, perante líderes negacionistas e autoritários, coadjuvados pelos *media*, redes sociais e líderes religiosos sobretudo neopentecostais, a situações de abandono e necropolítica dos mais destituídos (v.g., Estados Unidos, Brasil), até que a descoberta e a fabricação de vacinas viessem estancar os seus efeitos mortíferos.

No âmbito da Sociologia foram publicados muitos artigos, uns de cariz mais teórico, outros sobre metodologias quantitativas e qualitativas (v.g., história de vida), outros ainda de âmbito empírico mas alicerçados num enquadramento teórico. Todos eles evidenciam o longo mas profícuo caminho da Sociologia desde os anos 1960 em torno da Revista *Análise Social* e respetivo Grupo de Investigação Social (GIS) e do Instituto Universitário de Évora, quer em termos de pesquisa nas mais diversas áreas, quer na extensão para projetos na sociedade, quer sobretudo no ensino, nomeadamente superior. Hoje, como referem

vários autores/as, a Sociologia está praticamente implantada e firmada nas diferentes regiões do país, havendo contudo um défice ou desajustamento da disciplina no ensino secundário, amiúde a cargo de não sociólogos/as. No campo pedagógico, existem dificuldades ou insuficiências, não só nos próprios cursos de Sociologia (em torno de conceitos e teorias de nível mais abstrato ou de disciplinas mais politizadas), como também no ensino da Sociologia noutros cursos (v.g., Arquitetura e Urbanismo) e instituições (v.g., Academia Militar) e ainda junto de públicos não familiarizados com esta disciplina.

Sobretudo nos primeiros 24 números da Revista, o questionamento e a análise de diferentes temas foi feito em particular (mas não em exclusivo) no âmbito da Sociologia, sendo teórica e tematicamente articulado e complementado com olhares interdisciplinares de outras ciências, como a Economia, a História, a Ciência Política, a Antropologia e até a Psicologia Social. Tal abordagem interdisciplinar esteve presente em vários números da Revista ao ponto de ter sido dedicado um número, sob forma de dossiê, à relação entre Economia e Sociedade. Organizado numa perspetiva weberiana e com destaque para a História Económica, esta edição não descurou a ecologia, a política, as instituições estatais e religiosas, os atores e suas respetivas ações e práticas políticas no quadro do nascimento e do desenvolvimento do capitalismo competitivo a nível global e nacional (nomeadamente o relativo atraso de Portugal). É neste contexto que se releva a criação da Associação de História Económica e Social e se destacam, com base em fontes primárias e secundárias, estudos comparativos e de longa duração, assim como inúmeras publicações em torno de tópicos como império, escravatura e tráfico escravagista, trabalho forçado e servidão, expedições comerciais, demografia, migrações e desigualdades, financiamento da atividade económica em diversos setores tais como a indústria, a agricultura, as pescas, as culturas do vinho, da cortiça, do arroz, entre outras.

Outros números da Revista sobre desigualdades e violências, conflitos, negociações e mediações, embora com vários contributos interdisciplinares, têm a marca não só da Sociologia como da Psicologia Social e suas metodologias quantitativas e qualitativas como a maiêutica. A esta luz são abordados os problemas da guerra e as preocupações pela

paz; as relações interpessoais entre alunos relativamente às competências; os conflitos entre irmãos/ãs ora em torno dos afetos, ora em torno de questões sucessórias; as experiências de violência sexual com adolescentes e jovens do sexo feminino e, ainda que em menor medida, do sexo masculino; a violência obstétrica; a prevenção ou redução de formas de violência contra profissionais de saúde.

Um outro tema bem complexo e objeto de forte debate, quer em diversas instituições, quer na sociedade e inclusive no seio de movimentos feministas, é o designado ‘tráfico de pessoas’ – expressão indefinida, polissêmica e até conceptualmente confusa –, o qual, para além de designar formas coercivas e criminosas em caso de prostituição forçada e/ou de prostituição infantil, engloba por arrastamento, segundo algumas autoras/es, a prostituição praticada por pessoas adultas e em base relativamente livre, ou seja, trabalhadoras/es do sexo, nomeadamente quando migrantes. Ora, os fenómenos do tráfico e da prostituição exigem delimitação conceptual, o que nos é dado em diversos artigos na Revista que apresentam a este respeito perspetivas críticas. Assim, com base em estudos realizados com mulheres romenas e nigerianas em Espanha, são desconstruídos discursos “antitráfico” estereotipados em nome de posicionamentos abolicionistas sobre a prostituição, os quais, convergindo com políticas migratórias repressivas e violências estigmatizantes sobre essas mulheres, contribuem também para medidas de criminalização de clientes, por exemplo, na Suécia ou em França.

Em modo de conclusão, poder-se-á dizer que, ao longo de 20 anos, a Revista *Configurações* acolheu e aprovou, por revisão de pares, propostas de artigos teórica e empiricamente validados sobre diversas questões e temas de pesquisa, contendo contributos social e cientificamente relevantes a nível interdisciplinar e, em especial, em Sociologia. A Revista foi primeiramente publicada no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e, seguidamente, após a fusão dos três centros de investigação, no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), estando sediada na Universidade do Minho.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre – *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. ISBN 9782707302755.

BOURDIEU, Pierre – *Le Sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. ISBN 9782707302984.

ELIAS, Norbert – *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980. ISBN 9789724414867.

GIDDENS, Anthony – *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. ISBN 9780520057289.

PARSONS, Talcott – Family structure and the socialization of the child. In PARSONS, Talcott; BALES, Robert (Orgs.) – *Family, Socialization and Interaction Process*. Londres: Routledge, 1956. ISBN 9781315824307. pp. 35-131.